



O planejamento de atividades pedagógicas e novas metodologias em período de Pandemia do Coronavírus no meio rural do município de Bagre – Pará

Planning educational activities and new methodologies during the Coronavirus pandemic in the rural area of Bagre – Pará

10.56238/isevmjv3n1-011

Recebimento dos originais: 01/02/2024

Aceitação para publicação: 20/02/2024

Rogério de Freitas Miranda

Graduado em Pedagogia pela Universidade Federal do Pará

Enil do Socorro de Sousa Pureza

Doutor em História Social. Professor da Universidade Federal do Pará - Campus de Breves

Orcid: 0000-0003-4444-9742

RESUMO

O presente trabalho tem como principal objetivo compreender e refletir sobre as dificuldades enfrentadas por dois professores em uma escola municipal de ensino fundamental no meio rural do município de Bagre-Pará, acerca do planejamento das atividades pedagógicas durante o período de pandemia do Coronavírus - 2020/2021. Os objetivos específicos foram: identificar os desafios e desvelar as dificuldades dos docentes a partir do questionamento: quais os principais desafios enfrentados pelos docentes no planejamento das atividades pedagógicas no período da pandemia do Coronavírus? A pesquisa possui uma abordagem qualitativa, utilizou-se a entrevista semiestruturada como técnica de coleta de dados. O tipo de pesquisa realizado foi a pesquisa de campo e a bibliográfica. O estudo baseou-se em autores como Barreto & Rocha (2020), Castanheira, Maciel e Martins (2008), Eliezer, Ribeiro e Schutz (2020), Libâneo (1994), Menegolla & Sant'anna (2001), Molina (2007), Gil (2008), entre outros. A partir das análises dos dados compreendeu-se que a pandemia trouxe diversas dificuldades referentes à organização para a realização do trabalho docente. Destacam-se a falta de planejamento adequado, tanto pelos órgãos competentes do município quanto pela escola e a escassez de recursos para garantir o modelo de ensino adotado no período pandêmico – remoto, além da falta de conhecimento do como fazer, tanto da parte de professores como de alunos, não havia as condições necessárias a esse “novo” modelo de ensino. Diante dos fatos, pode-se inferir que o planejamento é um elemento prioritário nas instituições de ensino – seja em períodos diferenciados ou regulamentares, a fim de evitar maiores impactos na aprendizagem dos alunos, especialmente aqueles que se encontram em locais desprovidos de recursos que facilitem sua aprendizagem e assim não violar um dos seus direitos fundamentais que é a educação escolarizada.

Palavras-chave: Escola, Pandemia, Planejamento, Desafios, Docente.

1 INTRODUÇÃO

A Pandemia do Coronavírus vivenciada pelo mundo nos anos de 2020/2021 foi, sem dúvida, um grande desafio para todos os países, principalmente aqueles de menor desenvolvimento econômico, pois à medida que os casos aumentavam tornava-se mais difícil lidar com os problemas



que surgiam em todos os setores da sociedade. Nesse contexto, iniciou-se uma grande corrida contra o tempo em busca de encontrar a melhor maneira possível de lidar com uma doença que até então não se sabia a origem e muito menos a forma medicamentosa adequada para o tratamento de uma enfermidade que seria fatal para milhões de pessoas em todo o mundo.

Enquanto a ciência esforçava-se para descobrir fórmulas para a criação de uma vacina que conseguisse frear os altos índices de transmissão, via-se nas redes sociais diversos casos de propaganda enganosa apresentando medicações “milagrosas” como a solução para o desespero e o caos que vinha tomando conta das pessoas e dos sistemas de saúde no Brasil e no mundo.

Nesse contexto e considerando que o Brasil é um país onde as desigualdades educacionais, sociais e econômicas são extremas, pode-se afirmar, a partir dos dados apresentados nas estatísticas de órgãos governamentais, ONG’s, dentre outras que preocupam-se com as desigualdades sociais, que a maior parcela da população sofre consequências com a violação de seus direitos fundamentais, dentre eles o direito à educação, que de acordo com a região, estado e local onde é ofertada, pode sofrer ainda mais as consequências de situações desestabilizadora dos sistemas, como foi o caso da Covid-19, por essa razão tornou-se indispensável tentar compreender como se deu o enfrentamento da Pandemia de Coronavírus no campo educacional em um dos municípios do arquipélago marajoara.

Dessa forma, para que o problema investigado tivesse objetividade, clareza e concisão, formulou-se o seguinte questionamento: quais foram os principais desafios enfrentados pelos docentes no planejamento de atividades pedagógicas no período de pandemia do Coronavírus em uma escola municipal no município de Bagre - Pará?

A partir de uma abordagem qualitativa de natureza básica, subsidiada por procedimento de pesquisa bibliográfica com estudo de campo e entrevista semiestruturada, procurou-se de maneira objetiva compreender e fazer uma reflexão acerca das dificuldades referentes ao planejamento de atividades pedagógicas utilizadas no período da pandemia do Coronavírus por dois professores da referida escola. Os objetivos específicos foram: identificar os desafios enfrentados pelos professores, relacionados ao planejamento de atividades pedagógicas no período pandêmico e desvelar as dificuldades nesse processo.

Em todas as etapas do trabalho levou-se em consideração a organização e aplicação adequada dos métodos utilizados no decorrer da investigação. Dessa forma, segundo Taylor e Bogdan (1984) a abordagem qualitativa “leva o investigador a compreensão do fato além da superficialidade, revelando assim seus significados com maior profundidade”. Como procedimentos foram utilizados a pesquisa bibliográfica e de campo. Para a pesquisa bibliográfica



Gil (2008) afirma que:

[...] é elaborada a partir da análise e interpretação do conteúdo de materiais como livros, artigos de periódicos, e textos da internet, levando o pesquisador a buscar ideias relevantes ao estudo, com registro confiável de fontes (Gil, 2008, p. 50-55).

Ou seja, foi de fundamental importância pesquisar, coletar e organizar todos os dados bibliográficos relevantes para o *corpus* da pesquisa e sua discussão, a fim de apresentar algo conciso sobre a temática investigada. Para este fim todas as fontes inseridas no estudo foram devidamente analisadas e referenciadas. Em relação à pesquisa de campo o mesmo autor enfatiza que:

As pesquisas desse tipo se caracterizam pela interrogação direta das pessoas cujo comportamento se deseja conhecer. Basicamente, procede-se à solicitação de informações a um grupo significativo de pessoas acerca do problema estudado para em seguida, mediante análise obter as conclusões correspondentes dos dados coletados (Gil, 1999, p. 55).

Diante do contexto pandêmico enfrentado por milhares de pessoas no mundo, torna-se relevante a utilização desse procedimento, com o propósito de buscar a compreensão da realidade, as quais não podemos deixar de abordar, principalmente quando se trata da esfera educacional, tema fundamental para o desenvolvimento de uma nação.

A técnica de coleta de dados utilizada deu-se por meio da entrevista semiestruturada que para Triviños (1987, p. 146) “a entrevista semiestruturada, tem como característica questionamentos básicos que são apoiados em teorias e hipóteses que se relacionam ao tema da pesquisa.” Entende-se que a sociedade civil, bem como profissionais das mais variadas áreas de atuação podem contribuir com o desenvolvimento humano quando participam de estudos que permitam tal reflexão para o bem comum da sociedade.

Participaram da pesquisa dois professores que trabalham com turmas do ensino fundamental, com alunos de 4º e 5º anos em escolas do campo, no município de Bagre - Pará. Ambos possuem formação de nível superior em Pedagogia pela Universidade Federal do Pará (UFPA) e já estão com mais de 10 (dez) anos atuando na área da educação. A escolha dos docentes justificou-se pela experiência com a Educação do Campo, que é também objeto de estudo deste trabalho, já que os professores e as escolas deste trabalho fazem parte da educação do campo.

As entrevistas foram marcadas de forma antecipada para que assim houvesse um planejamento na realização do trabalho. Os docentes receberam codinomes, a fim de preservar a integridade e a identidade de cada um, de acordo com o que prevê a Resolução 510 de 7 de abril de 2016. Dessa forma, ambos são representados na pesquisa como (professor “A”) e (professor



“B”). Como recurso tecnológico foi utilizado aparelho celular “*smartphone*” para gravação e armazenamento dos dados coletados nas entrevistas para posterior análise e discussão. Todos os professores deram o assentimento de livre e esclarecido à pesquisa.

Os resultados da pesquisa encontram-se neste trabalho organizado com uma introdução, que traz uma breve contextualização do tema e da organização da pesquisa, seguida por quatro seções e das considerações finais. A primeira seção apresenta um breve percurso histórico da pandemia do coronavírus até sua chegada ao município de Bagre-Pará. A segunda apresenta conceitos de planejamento na educação, como maneira de ratificar a importância do planejamento na esfera educacional. A terceira descreve e analisa o planejamento de atividades pedagógicas no período de pandemia do coronavírus no meio rural do município de Bagre – Pará e a quarta seção faz a análise dos resultados obtidos na pesquisa, seguida das considerações finais.

Faz-se relevante ressaltar que este estudo não tem um fim em si próprio, muito menos apresentará todas as dificuldades enfrentadas pelos docentes entrevistados no que diz respeito aos efeitos da pandemia da COVID-19 na educação do município de Bagre, entretanto, possibilita reflexões acerca daquilo que foi possível entender como as principais dificuldades enfrentadas pelos docentes da escola e que certamente muito tem de semelhante com as demais escolas do campo que fazem parte da rede municipal do município de Bagre – Pará, sendo um caminho aberto para outras pesquisas dessa natureza na esfera da Educação do Campo.

2 BREVE PERCURSO HISTÓRICO DA PANDEMIA DE CORONAVÍRUS ATÉ SUA CHEGADA AO MUNICÍPIO DE BAGRE – PARÁ

Conforme Barreto e Rocha (2020, p. 2) as primeiras notícias atestam que no dia 31 de dezembro do ano de 2019, na cidade de Wuhan, uma província de Hubei, República Popular da China, ocorreu o surgimento de casos relacionados a uma estranha pneumonia com sintomas e tratamento ainda desconhecidos. Após a OMS (Organização Mundial de Saúde) ser notificada foi então identificado o agente transmissor, “tratava-se de um novo coronavírus: (SARS-CoV-2) o qual poderia causar problemas respiratórios, internação e morte.” (Barreto e Rocha, 2020, p. 2).

No dia 30 de janeiro de 2020 a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou situação de Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional em função do surto da doença provocada pelo novo Coronavírus (SARS-CoV-2) também popularmente conhecido como COVID-19. De acordo com o Regulamento Sanitário Internacional (RSI, 2005) trata-se do mais alto nível de alerta da organização em termos de problemas relacionados a riscos iminentes a saúde em esfera global. (Eliezer, Ribeiro e Schutz, 2020, p. 134).



Tudo foi acontecendo de forma rápida e descontrolada, sem tempo possível de reação à ciência e “a partir do dia 12 de março de 2020 a OMS (Organização Mundial de Saúde) classificou o SARS-COV-2 como uma Pandemia” (Barreto e Rocha, 2020, p. 2). Neste momento “o mundo já contava com seus 125.048 casos e 4.613 mortes, atingindo 117 países em todo o globo” (Barreto e Rocha, 2020, p.2).

De acordo com Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS) que atua como escritório regional da OMS para as Américas, foram confirmados no mundo até julho de 2020 exorbitantes 13.150.645 casos de coronavírus e 574.464 mortes (OPAS, 2020). Barreto e Rocha (2020) afirma que o primeiro caso confirmado no Brasil foi em 26 de fevereiro de 2020, sendo inclusive o primeiro caso positivo da América Latina.

Os dados do Ministério da Saúde brasileira apontavam como um caso importado, o qual um homem de 60 anos, residente em São Paulo teria sido infectado após retornar de uma viagem da Itália naquele mesmo ano. Após a confirmação do caso em solo brasileiro os números só cresceram chegando a alcançar todas as regiões do extenso país. Enquanto isso, milhares de pessoas eram infectadas e mortas devido a não existência de um medicamento eficaz para combater a síndrome.

No dia 06 de fevereiro de 2020 foi publicado e entrou em vigor a Lei nº 13. 979, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento do caos emergencial de saúde pública conforme o Art. 2º.

I - isolamento: separação de pessoas doentes ou contaminadas, ou de bagagens, meios de transporte, mercadorias ou encomendas postais afetadas, de outros, de maneira a evitar a contaminação ou a propagação do coronavírus.

II - quarentena: restrição de atividades ou separação de pessoas suspeitas de contaminação das pessoas que não estejam doentes, ou de bagagens, contêineres, animais, meios de transporte ou mercadorias suspeitos de contaminação, de maneira a evitar a possível contaminação ou a propagação do coronavírus (Brasil, 2020).

Assim nascem as primeiras mudanças adotadas pelo governo como maneira de conter a proliferação do vírus no país e com isso tentar evitar medidas mais extremas, que logo se tornaram inevitáveis, principalmente pelo aumento acelerado de contaminação e de mortes em todo território nacional. De conhecimento público foi a suspensão das aulas presenciais em março de 2020 para todas as instituições de ensino do país ocasionada pelo decreto nº 10.282/2020 (BRASIL, 2020). Também é de conhecimento público a falta de infraestrutura e de investimento na educação pública brasileira tanto de nível infantil, quanto médio e superior, “[...] que na grande maioria dos casos, são instituições que estão em péssimo estado de conservação e que contam com docentes mal remunerados e excesso de carga de trabalho” (Eliezer, Ribeiro e Schutz, 2020, p. 134).



No Brasil, segundo a portaria N° 343, de 17 de Março de 2020, as aulas presenciais foram substituídas por aulas em formato remoto enquanto a pandemia durasse (BRASIL, 2020, p.2).

Art. 1º Autorizar, em caráter excepcional, a substituição das disciplinas presenciais, em andamento, por aulas que utilizem meios e tecnologias de informação e comunicação, nos limites estabelecidos pela legislação em vigor. (Brasil, 2020).

Nesse contexto as escolas passaram a mudar sua maneira de elaborar e lecionar, todos eram convocados a aderir às mudanças e orientações assinaladas pelo Ministério da Educação (MEC) do país. Milhares de alunos foram afetados pelas medidas impostas, as quais apenas diziam o que fazer, sem levar em consideração as diferenças na forma que se oferta a educação nesse país, onde muitas escolas, dentre elas as do arquipélago do Marajó, onde está situada a escola referência desse trabalho, assim como as demais que não tinham condições e suportes tecnológicos para tal fim.

No Estado do Pará, conforme Campos, *et al.* (2022) o primeiro caso oficial de COVID-19 foi registrado no dia 18 de março de 2020, tratava-se de um morador de Belém que tinha viajado para o Rio de Janeiro. Neste momento, já havia se passado quase três meses dos primeiros casos registrados da doença em Wuhan, na China. (OPAS, 2022).

As primeiras medidas iniciais de enfrentamento a COVID-19 foram decretadas pelo Governo do Estado do Pará no dia 16 de março de 2020, este documento restringia os eventos e reuniões, bem como as aulas públicas no estado do Pará (Pará, 2020a). Também no dia 20 do mesmo mês a Assembleia Legislativa do Estado do Pará (ALEPA) aprovou o decreto de calamidade pública, anunciando o fechamento das vias principais e dos terminais de transporte terrestre e fluvial que fizessem ligação com outros estados, além do fechamento de casas noturnas, bares e restaurantes a partir das 00h00 (Pará, 2020b). O primeiro hospital de campanha foi inaugurado no dia 10 de abril, em Belém. (Pará, 2020d).

A medida mais severa apresentada pelo governo para cumprimento da população do estado foi o que se chamou de *lockdown*, (termo em inglês que significa confinamento) entre os dias 5 a 24 de maio de 2020 (Pará, 2020e). Sendo uma ação com finalidade de evitar maiores índices de contaminações e conseqüentemente de mortes da população. Lembrando que esta mesma prática ficou a critério dos governos locais de cada município.

O total de casos confirmados e óbitos da COVID-19 no estado do Pará foi de 552.937 e 15.469, respectivamente, no período de março de 2020 a junho de 2021. (Silva, *et al*, 2021, p. 03). Esses autores ainda reforçam que:



Os meses que apresentaram maiores frequências de casos confirmados para a COVID-19 no Estado do Pará foram junho de 2020 (65.245/11,8%), abril de 2020 (54.036/9,77%) e março de 2021 (52.880/9,56%). Com relação ao óbito, foram maio de 2020 (2.715/17,55%), abril de 2021 (2.555/16,52%) e junho de 2021 (1.997/ 12,91%). (Silva, et al, 2021, p. 03).

Dessa forma, é possível observar o quanto a pandemia foi desastrosa não somente no Estado do Pará, mas em todo o país, o que pode ser representado pelos altos índices de contaminação e de mortes mencionados anteriormente. Também se percebe que são inegáveis as mudanças impostas pelos governos em todo o período pandêmico afetando drasticamente a população, sendo a educação uma das esferas mais atingidas pelas consequências da síndrome devido sua importância para o desenvolvimento das pessoas e consequentemente da nação.

No Município de Bagre, Estado do Pará, o primeiro caso foi confirmado no dia 27 de abril do ano de 2020, tratava-se de um paciente de 52 anos, do sexo masculino, residente no município e que foi infectado após realização de viagem a Belém do Pará. Vale destacar que às medidas impostas pelo município ao enfrentamento da pandemia iniciaram-se bem antes, especificamente, no dia 18 de março de 2020 quando o prefeito municipal expediu o decreto nº 15/2020, o qual explicita no seu artigo 20 a suspensão pelo prazo de 15 dias dos seguintes:

- I – O licenciamento ou autorização para eventos, reuniões ou manifestações de caráter público ou privado e de qualquer espécie, com audiência maior ou igual a 10 (dez) pessoas;
- II – O funcionamento de academias, ginásio de esportes, campos de futebol, bares, lanchonetes, devem incentivar somente o serviço de Delivery, boates, casas de show e similares.
- III – O funcionamento das escolas da rede pública municipal de ensino. (Bagre, 2020)

Até a chegada desse decreto, ainda não se tinha um panorama formal expedido pela Secretaria Municipal de Saúde estimando se o município seria ou não afetado de maneira mais drástica pela calamidade pública em questão, como seria o enfrentamento e quais seriam os possíveis desafios impostos pela pandemia nas mais diversas áreas, inclusive a educação. Porém, conforme os casos foram surgindo e sendo confirmados, ficou iminente os riscos à população caso não se tomassem medidas mais restritivas e que pudesse frear a transmissão da doença na cidade. Foi então que no dia 03 de abril de 2020 o prefeito municipal expediu um novo decreto de número 22/2020, “decretando situação de emergência no município de Bagre – Pará, para enfrentamento da pandemia decorrente do coronavírus, de importância internacional” (Bagre, 2020).

A partir do contexto gerado pela propagação da doença, várias atividades foram limitadas, suspensas ou proibidas, dentre elas: transporte intermunicipal de passageiros, comércio local,



farmácia, postos de combustíveis, etc. Também ficou proibida a retomada das aulas no formato presencial em todas as escolas do município sendo aderido aquilo que se chamou de aulas “remotas”, medida imposta pela secretaria municipal de educação do município (SEMED) e que vigorou nos anos de 2020 e 2021.

No final do ano de 2020 o município já contava com 338 casos confirmados na cidade e 143 no meio rural com um total de 481 pessoas infectadas e 10 óbitos, conforme o boletim epidemiológico expedido pela secretaria de saúde do município (Bagre, 2020). Em 31 de dezembro do ano de 2021 o boletim informativo da prefeitura municipal de Bagre informava que havia 956 casos confirmados, sendo 765 na cidade e 191 no interior com 15 óbitos registrados (Bagre, 2021).

De um ponto de vista nacional foi possível verificar que “Em 15 de agosto de 2021, os dados brasileiros mostraram um total de 20.350.142 casos, com 568.788 óbitos acumulados.” (Siqueira *et al.*, 2022). Número que provavelmente é bem maior, pois ainda tivemos muitos casos de transmissão e mortes por coronavírus em todo o país. Portanto, a síndrome foi de alta transmissão e sem precedentes na linha temporal da história, sem dúvida nenhuma os impactos e desafios são incontáveis pelo contexto e realidade vivenciada por todos os países no decorrer dos anos de 2020 e 2021, período que houve maiores índices de transmissão e de mortes. A educação brasileira que já tinha seus problemas relacionados à formação e desenvolvimento do aluno, passou a ser ainda mais deficiente pelos modelos de ensino empregados durante a pandemia, justificando-se pela falta de infraestrutura e das tecnologias necessárias para atender ao tipo de ensino indicado.

3 CONCEITOS DE PLANEJAMENTO NA EDUCAÇÃO

A humanidade desde os mais antigos tempos percebeu a necessidade e a urgência de se organizar para enfrentar as diferentes situações e desafios da vida, descobriu que pensar primeiro antes de agir, aumentava suas chances de obter exatidão e aproveitar melhor os recursos disponíveis do seu habitat, ou seja, pensava na realização das ações mesmo que não soubessem que desta forma estariam se planejando. Dessa maneira, “o planejar é uma realidade que acompanhou a trajetória histórica da humanidade. O homem sempre sonhou, pensou e imaginou na sua vida” (Menegolla e Sant’anna, 2001, p. 01).

É válido reafirmar que todo ato e efeito de se planejar passa por toda trajetória e evolução da humanidade, da vida diária, e não diferente está no contexto escolar, no qual ele se faz necessário, importante, eficaz, quando pensado com responsabilidade no objetivo que se quer atingir. A instituição escolar como promotora da formação do cidadão, por meio do planejamento tem a possibilidade de produzir estratégias de organização estrutural e metodológica das práticas



pedagógicas a serem desenvolvidas pelos professores dentro do contexto sócio educacional e sua execução em todo processo de ensino.

Para Libâneo (1994, p. 222) o planejamento “é um processo de racionalização, organização e coordenação do docente, articulando a atividade e a problemática do contexto social”. É uma ferramenta essencial e fundamental para qualquer tipo de organização, pois por meio desse é possível atingir certos objetivos os quais dificilmente serão concretizados sem a perspectiva do ato de planejar, principalmente quando se trata do planejamento para a educação.

Consoante a isso os autores abaixo ainda sinalizam que:

É um instrumento direcional de todo o processo educacional, pois estabelece e determina as grandes urgências, indica as prioridades básicas, ordena e determina todos os recursos e meios necessários para a consecução de grandes finalidades, metas e objetivos da educação (Menegolla e Sant’anna, 2001, p. 40).

Nesse sentido, observa-se que mediante os grandes desafios gerados pela pandemia da COVID-19, a qual o Brasil e o mundo passaram especificamente nos anos de 2020/2021 seria necessário que tanto os governos quanto as instituições de ensino refletissem a grande importância de um planejamento diferenciado do fazer educação, diante do que se tinha como cenário da educação.

Cientes do que assevera a Constituição Federal de 1988, de que a educação é direito de todos e dever do estado e da família, essa garantia não poderia ser violada em um momento de tamanha urgência de atenção e de ações diferenciadas, afirmativas, principalmente para aqueles que vivem em situações de pobreza, longe dos grandes centros urbanos, em espaços desprovidos de estrutura que lhes impedem de ter garantida a sua educação, que sem as devidas condições estruturais e pedagógicas, traz como consequência o comprometimento das aprendizagens. Portanto, um planejamento que beneficiasse a todos seria fundamental, o que certamente precisa da colaboração de toda sociedade, conforme descrito na Constituição Federal, em seu Art. 5º.

Art. 205 – A educação é direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (Brasil, 1988).

Diante do dispositivo mencionados fica explícita a obrigação que os órgãos responsáveis pela educação do nosso país têm em garantir não somente o acesso, mas condições necessárias para que o aluno consiga desenvolver sua formação e aprendizagem nos mais variados componentes curriculares disponíveis para o ensino nas escolas públicas. No artigo 28 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) nº 9.394/1996, no que diz respeito à Educação do Campo garante que:



Na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, especificamente:

I - Conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos das escolas do campo, com possibilidade de uso, dentre outras, da pedagogia da alternância; (Redação dada pela Lei nº 14.767, de 2023)

II - Organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas;

III - Adequação a natureza do trabalho na zona rural (Brasil, 1996).

Nos incisos da presente Lei, as metodologias utilizadas na educação do campo são de extrema importância para o desenvolvimento do trabalho educacional nos meios rurais existentes no país, desde que sejam apropriadas aos alunos, porém o ocorreu na pandemia do coronavírus foi um cenário diferente daquele que deveria ser garantido por Lei, contudo, não se pode apenas dizer que não foi efetivado apenas nesse período, mas nesse peculiar, esperava-se medidas de urgência e efetivação do que diz a legislação nacional. Portanto, é de grande valia refletir que:

Tanto o planejamento coletivo quanto o individual precisam estar em constantes construções e modificações de acordo com os obstáculos que venham a surgir no decorrer do ano letivo, sendo assim um planejamento mutável. (Santos, *et al.*, 2017. p. 9).

Nesse contexto, afirma-se a importância fundamental da percepção da escola para com a realidade de seu ambiente, as dificuldades enfrentadas pelo aluno e assim crie maneiras de ampliar estratégias que contribuam com sua aprendizagem. Esse pode ser um ponto de partida a ser diagnosticado e executadas ações em conjunto com os docentes, pois é essa categoria que conhece grande parte das dificuldades vivenciadas por esses sujeitos e é quase sempre cobra-se desse coletivo a responsabilidade de criar práticas pedagógicas adequadas a sua realidade local. Contudo, a escola por meio de sua gestão e coordenação pedagógica, tem a responsabilidade de subsidiar e orientar o docente perante casos mais extremos, situação acontecida no período pandêmico.

Portanto, quanto mais dificuldades aparecerem e que afetam o processo educacional, torna-se ainda mais relevante o processo de planejamento, a fim de evitar consequências às quais, na maioria das vezes, chegam, principalmente aos alunos das escolas públicas. Quando há preocupação em planejar e executar um ensino em que o discente atinja as competências necessárias para o desenvolvimento de sua formação, entende-se que a escola está no caminho proposto para a sua jornada.



4 O PLANEJAMENTO DE ATIVIDADES PEDAGÓGICAS NO PERÍODO DE PANDEMIA DO CORONAVÍRUS EM ESCOLAS DO CAMPO DO MUNICÍPIO DE BAGRE – PARÁ

A referida pesquisa teve como *locus* referencial uma Escola Municipal de Ensino Fundamental do Município de Bagre-Pará, onde atuam dois professores em turmas de 4º e 5º anos. A distância da comunidade onde está localizada a escola, até o município é de 15 minutos a 1 hora, dependendo do meio de transporte utilizado no trajeto e o regime da maré, que rege a região marajoara.

A escola é considerada de pequeno porte, possui aproximadamente 120 alunos matriculados. Sua estrutura é composta por 4 (quatro) salas de aula, 1 (uma) pequena sala de leitura, 1 (uma) cozinha, 2 (dois) banheiros e 1 (uma) varanda. Atende alunos do ensino fundamental do 1º ao 9º ano. O quadro de funcionários conta por 4 (quatro) professores dos anos iniciais, 4 (quatro) professores dos anos finais, 4 (quatro) agentes de limpeza, 2 (dois) barqueiros no turno da manhã, 2 (dois) no turno da tarde e 1 (um) zelador.

Com base nas informações sobre o local da pesquisa e o contexto da instituição, foi iniciado o processo de compreensão da temática por meio da seguinte pergunta: Nos anos de 2020 e 2021, em quais turmas você estava lotado? O professor A respondeu que encontrava-se com uma turma de 5º ano, é um ano de ensino que já vem por algum tempo trabalhando em escolas do campo no município de Bagre. Já o professor B respondeu que estava com uma turma de 4º ano, que está de acordo com a sua formação e sua experiência.

A partir dessas respostas, é possível identificar que tanto o professor "A" quanto o professor "B" possuem experiência em seu campo de atuação, principalmente ao afirmarem que já têm certo tempo de serviço na área da educação. No entanto, é importante refletir que, mesmo possuindo experiência em uma determinada área, o professor não estará isento de possíveis desafios. Muitas vezes, esses desafios limitam suas ações, uma vez que frequentemente envolvem situações completamente novas em sua profissão.

Seguindo a ordem da entrevista, buscou-se saber quando houve a orientação para o isolamento social se os professores permaneceram no meio rural. O professor A afirmou que não, que foi para a cidade “até porque eu não moro na comunidade a qual trabalho, eu e meus colegas fazemos esse trajeto todo o dia até à escola devido ser próximo do município. Porém, nesse momento passamos a mudar nossa rotina, haja vista que tínhamos que levar as atividades nas residências dos alunos. O professor B respondeu que não, também foi para a cidade que é onde está a sua residência, “apenas trabalho na zona rural, por isso apenas levava as atividades até a



casa dos alunos, mas era uma rotina exaustiva”.

Conforme o exposto pelos docentes tem-se a afirmação de que ambos não residem na comunidade a qual trabalham, porém, isso não os impediu de cumprir suas atividades profissionais dentro de uma rotina. Pela expressão facial de ambos parecia ser algo bastante desgastante, considerando que o professor, em particular aos das escolas do campo, ainda é um profissional que enfrenta desafios diários, os quais, muitas vezes, não são observados pelo poder público e até pela própria escola.

Seguindo, inquiriu-se se houve aulas durante a pandemia. Os docentes afirmaram que sim, que trabalharam com atividades remotas, de acordo com as orientações dadas pela Secretaria de Educação do município.

Essas afirmações possibilitaram compreender parte do cenário educacional em período pandêmico no município, até porque esse modelo de ensino com atividades “remotas” implantadas nas escolas não eram aulas ministradas no formato de educação a distância, mas se configuravam em encontros realizados em pequenos intervalos de tempo em que os professores explicavam as atividades propostas aos alunos. Nesse contexto Eliezer, Ribeiro e Schutz (2020) corroboram para o entendimento de que não eram apenas alunos de Bagre que encontravam-se nessa situação, mas em todo o mundo.

Para fins ilustrativos, ao redor do globo, 91% dos alunos estão temporariamente fora da escola (UNESCO, 2020) fechando o círculo, América Latina alcança a monta de 95% dos estudantes que também estão sem acesso às aulas presenciais (UNICEF, 2020). (apud Eliezer, Ribeiro e Schutz, 2020, 44).

Ou seja, esses alunos das escolas pesquisadas no Marajó, fizeram parte daqueles que ficaram totalmente desprovidos de aulas pela justificativa relevante de ser um momento crítico e passível de compreensão por parte da população, porém acredita-se que não houve tempo para planejamento diante dessa nova forma de fazer educação e muito menos recursos necessários para possibilitar a devida aprendizagem garantida por lei a todos os cidadãos brasileiros, conforme prevê o Artigo 205 da Constituição Federal que assevera:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (Brasil, 1988).

Dessa maneira, é de suma importância entender que em todas as situações, seja de catástrofes, fenômenos imprevisíveis, o Estado tem o dever de garantir os meios para que a educação se adeque ao contexto e não viole o direito de formação do aluno, fato ocorrido



veementemente no período pandêmico na escola, conforme os relatos dos docentes que ao responderem como organizavam as aulas, responderam:

Bom, na verdade não se pode dizer que eram aulas propriamente ditas até porque deveríamos manter o distanciamento dos nossos alunos, porém a orientação da secretaria municipal de educação foi para que nós professores elaborássemos atividades e fizéssemos uma rápida explicação respeitando os limites do distanciamento devido à pandemia de coronavírus (Professor “A”).

Nós fomos orientados pelos nossos diretores a formularmos atividades e levarmos aos nossos alunos. Não eram aulas, mas apenas um pequeno momento para explicar a atividade. (Professor “A”).

Por meio dessas afirmações entende-se que houve uma transferência de responsabilidade por parte da secretaria de educação do município aos docentes, haja vista que segundo os professores, não houve planejamento como forma de melhor atender esses alunos a partir de estratégias formuladas juntamente com esses profissionais os quais tem maior conhecimento da realidade vivenciada por esses discentes.

Nesse sentido, entende-se que caberia a Secretaria de Educação utilizar-se primeiramente de estratégias que pudesse orientar seus docentes para enfrentarem juntos o desafio que foi o trabalho remoto, afim de planejar com os docentes, com a escola, não só meios, mas objetivos a serem alcançados, nesse caso, acredita-se que o ensino da leitura e escrita deveriam ser prioritários naquele momento, haja vista que o cenário não permitia o contato pessoal com o docente. Isso poderia permitir maior contribuição por parte do professor e talvez poder-se-ia evitar equívocos no seu fazer.

Em consequência da situação apresentada, questionou-se com os docentes sobre o planejamento para início dessas aulas. O professor A respondeu que “ planejamento não, o que houve foi uma conversa com os professores de cada polo para orientação de como as aulas se dariam naquele ano. Foi mais uma conversa mesmo, não teve planejamento. (Professor “A”). O professor B reafirmou o respondido pelo professor A.

Nós apenas recebemos orientações relacionadas à retomada das aulas que seriam por meio de atividades remotas. Não lembro de nenhum planejamento. Falo no sentido de não ter havido um momento específico para discussão exclusiva do que seria feito a partir daquele momento, quais seriam os melhores procedimentos a serem adotados, recursos para a aprendizagem do aluno alguma capacitação ao professor, etc. (Professor B).

Segundo as afirmações dos entrevistados ficou explícito que em nenhum momento os órgãos responsáveis pela educação do município manifestaram qualquer tipo de ação que possibilitasse um planejamento mais aprofundado ao professor. Quando os docentes dizem que



houve apenas orientações sobre como aplicar atividades aos alunos, eles expressam falta de organização, planejamento presente em todo o processo.

Tratando-se de planejamento Castanheira, Maciel e Martins (2008) enfatizam:

O planejamento é, portanto, condição necessária para que se mantenha nítido o horizonte das ações pedagógicas em torno da alfabetização e do letramento e do domínio de capacidades que propiciem ao aluno ler e escrever com progressiva autonomia e se engajar em práticas sociais da leitura e da escrita. (Castanheira, Maciel e Martins, 2008, p. 57).

Assim, não se pode desconsiderar o planejamento, pois ele é um elemento fundamental na esfera da educação, haja vista que por meio dele podem existir condições pertinentes de contribuição no desenvolvimento educacional do aluno. Sabe-se que esse não é um procedimento de fácil realização – principalmente quando todas as pessoas estão passando por situações desafiadas que envolvem o desconhecimento de situações inesperadas que causam a perda de entes queridos. Entretanto, sua utilização contribui eficazmente no processo de ensino-aprendizagem do discente. Portanto, para todas as situações, planejar é extremamente essencial, singularmente, na educação.

Na sequência procurou-se saber como os professores se planejavam e se organizavam na elaboração das atividades pedagógicas em período de pandemia de coronavírus.

Bom, basicamente a gente fazia um plano de aula com todos os requisitos necessários e elaborava a atividade. Mas isso era bem difícil porque, por exemplo, os alunos que estavam chegando não tínhamos nenhum conhecimento deles, não dava para fazer diagnóstico, a não ser após o recebimento das atividades que quase sempre o aluno apresentava muita dificuldade na realização (Professor “A”).

Eu me organizava com os recursos que tinha. Tentava elaborar uma atividade mais objetiva possível para não dificultar a compreensão do aluno, mas mesmo assim eles tinham muita dificuldade. Até porque tudo aquilo era novo tanto para eles quanto para nós professores (Professor “B”).

Reforça-se aqui a importância do planejamento em todas as instâncias sociais, por isso, mais uma vez se faz necessário afirmar que os professores precisavam ser subsidiados por um planejamento conciso e adequado ao contexto em questão pela gestão educacional. O que os dados apresentam são situações em desacordo com esperado, o mínimo que a secretaria de educação poderia fazer seria ofertar um formação de curto prazo, também de forma remota, assim teria um diagnóstico de como estaria acontecendo o trabalho em sua rede, seria uma forma de dar condições para um melhor desempenho aos docentes, principalmente para o trato com o ensino da leitura e da escrita que não poderiam parar. “O modo como o professor conduz o seu trabalho é crucial para que o aluno construa o conhecimento sobre o objeto escrito e adquira certas habilidades que lhe



permitirão o uso efetivo do ler e do escrever em diferentes situações sociais. (Castanheira, Maciel e Martins, 2008, p. 57).

Esse mesmo professor que pode contribuir para determinadas modificações na vida estudantil do aluno é o mesmo que clama por transformações que os permita desenvolver um trabalho melhor, principalmente, quando se trata da educação do campo, esfera bastante estigmatizada por muitos, inclusive pelo poder público. O fato é que há inúmeras situações a serem analisadas nesse cenário, uma vez que por ser uma pandemia, nenhuma instituição estava preparada para mudar os seus modos de fazer, assim, não se pode apenas depositar as responsabilidades em quem não fez, mas tentar entender o por que de não ter sido feito. Dessa forma questiona-se: a secretaria contava com as tecnologias necessárias para atender seus professores remotamente, já que também não poderiam juntar seus técnicos para orientar os docentes? Havia pessoas com formação para dar conta dessa demanda que surgira de forma imediata? Por sua vez, os docentes possuíam equipamentos para logarem quando chamados pela secretaria? Ou seja, tem-se inúmeras perguntas e ainda não encontramos respostas, provavelmente uma outra pesquisa possa melhor elucidar essas questões.

No entanto como o trabalho não poderia parar, de um lado estava o dever do trabalhador e de outro o direito do aluno, questionou-se se naquele período houve modificações na forma habitual de planejar suas aulas. Os professores responderam:

Completamente. Uma coisa é você está dentro de uma sala de aula mantendo contato pessoal todos os dias com seus alunos, outra coisa é você ficar impossibilitado de manter essa relação. No período da pandemia eu organizava apenas as atividades porque era isso que nós fazíamos, então a mudança já começou por aí (Professor “A”).

Modifiquei, até porque era necessário que se fizesse isso. Nós estávamos acostumados a planejar uma aula baseada nos encontros quase diários que tínhamos com nossos alunos, na pandemia isso mudou, ou seja, não tem como você não ser impactado por isso (Professor “B”).

Os docentes afirmaram que houve mudanças o que é legítimo, até porque nesse período o professor também sofreu com as situações vivenciadas – hospitalizações, falta de leitos, óbitos..., ele também era um agente que poderia nesse ir e vir de levar as atividades aos alunos, ser um agente transmissor do vírus ou ser infectado por ele. Em muitos casos para que as atividades fossem realizadas, era necessária a ajuda da própria família para a realização dessas tarefas, o que se tornava completamente inviável para muitos pais por não serem escolarizados.



Em tempos de pandemia da Covid-19, houve significativa alteração no cenário social, em função do distanciamento pessoal. O sistema educativo, inevitavelmente, sofreu substanciais transformações, já que houve a adoção do regime remoto, o que antecipou cenários. Diante de tantas mudanças, manter o acompanhamento contínuo tornou-se uma tarefa complexa. Somado a isso, os professores passaram a depender das famílias para desenvolver o aprendizado das crianças, o que impactou diretamente na qualidade da educação, assegurada como um direito (Eliezer, Ribeiro e Schutz, 2020 p. 42).

Conforme afirmação dos referidos autores compreende-se que grande parte dos pais não tiveram como dar assistência aos filhos quando o assunto estava relacionado a sua formação educacional, entretanto, é fato que a falta de desempenho e aprendizagem não se dá apenas pelas dificuldades dos pais, mas também pela falta de planejamento das escolas no que diz respeito aos métodos e práticas utilizadas junto aos alunos das escolas do campo, em particular quando trata-se de trabalhos que envolvem o acesso a internet que “apenas 67% das famílias brasileiras possuem acesso à rede.” (Eliezer, Ribeiro e Schutz, 2020, p. 49). Começa por aqui a grande segregação na educação nacional.

Na continuidade indagou-se sobre as principais dificuldades para elaboração dessas aulas:

Foram inúmeras as dificuldades no período da pandemia, muitas vezes você saía para entregar as atividades e o aluno não estava na casa. E agora, o que fazer? é a realidade deles, né. Alguns têm que ajudar aos pais no sustento da família o que já afeta significativamente a vida estudantil da pessoa. Mas acredito que as maiores dificuldades foram relacionadas ao ensino, era nítido como os alunos não conseguiam assimilar as tarefas (Professor “A”).

As dificuldades existem e a gente não pode negar. No período da pandemia eu acredito que foi difícil para o professor ensinar e muito mais difícil ainda para o aluno aprender. Não é fácil elaborar atividades para alunos que você tem a plena consciência que não tem condições suficientes para realizar. Eles não tinham culpa daquilo (Professor “B”).

Baseado nas respectivas respostas dos professores pode-se notar tamanho inconformismo com aquilo que deveria ser objeto de louvor na sua nobre profissão: proporcionar o ensino e o bom desempenho aos seus alunos. Porém, não é o que se vê pelo simples fato da escola não conseguir criar maneiras de pensar com mais exatidão nas questões relacionadas à aprendizagem dos discentes. Dessa forma, Castanheira; Maciel e Martins (2008) assim corroboram:

São muitos os desafios a serem enfrentados no atual contexto educacional, em que muitos alunos passam pela escola sem encontrar condições efetivas de se tornarem leitores e produtores de textos competentes. (Castanheira; Maciel e Martins, 2008, p. 28).

Assim sendo, pode-se afirmar que a pandemia afetou de forma drástica o desempenho escolar de muitos alunos. Os próprios professores não negam suas dificuldades em todo o processo. Quando os professores dizem ter sido completamente difícil ensinar, entende-se que essas dificuldades foram reflexos gerados principalmente do poder público que abre escolas sem as



devidas estruturas para garantia do bom ensino e das aprendizagens significativas, mas também é questão de formação inicial, continuada, além de saber lidar com desafios tão fora dos contextos viventes, como foi a pandemia. Quem poderia imaginar que um dia as escolas teriam o seu fazer diferente por questões de saúde pública? Portanto, não se pode atribuir apenas ao professor a responsabilidade de ensinar, isso é algo que se estende a todos os envolvidos no processo educacional vigente, por isso tamanha defasagem.

Por fim, inquiriu-se se a secretaria de educação do município deu suporte para auxiliar na elaboração das aulas ou dos planejamentos. Para o professor B, o único suporte dado foram as reproduções - cópias das atividades formuladas por eles, “o resto dependia tudo de nós”. O professor A ratificou o que disse o professor B: “Na verdade, a gente planejava as aulas e formulava as atividades, a secretaria de educação apenas se responsabilizava em tirar as cópias dessas atividades, o restante tudo era e ainda é, por nossa conta: o nosso transporte, combustível, estadia etc.”.

Essa é uma das grandes necessidades que o professor ainda tem enfrentado no contexto da educação do campo. As secretarias de educação na maioria das vezes não têm dado o devido apoio ao docente, parece que ensinar pode ser algo realizado de qualquer maneira sem levar em consideração os recursos necessários para esse fim. Entretanto, a escola não pode deixar de ofertar os recursos necessários para facilitar o trabalho do professor, ainda mais em um período diferenciado como o da pandemia. Nesse sentido Molina afirma que “Conhecer as marcas das desigualdades do sistema escolar do campo é condição para compreender os resultados obtidos por suas escolas e principalmente, para construir caminhos necessários a sua superação (Molina, 2007, p. 04).

Certamente, essa é uma afirmação de extrema relevância, até porque poucas pessoas conhecem a realidade da Educação do Campo. Não é fácil ensinar em locais desprovidos de estrutura física e recursos materiais adequados ao desenvolvimento de um bom trabalho educacional. Ora, se a própria escola que deveria por obrigação garantir uma estrutura de qualidade aos discentes não tem realizado tal feito, como esperar das famílias em suas humildes residências, as quais muitas vezes já não tem o devido conforto para sua própria moradia?

Compreendeu-se, assim, ser necessário que a escola promova a devida atenção ao planejamento de suas atividades sejam em momentos mais extremos, ou não, para que assim seja possível a construção de um ensino que alcance de forma significativa todas as pessoas independentemente de seu território, sua classe social, dentre tantas outras diferenças que marcam a população brasileira.



5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação pública ainda não é prioridade neste país, onde durante tanto tempo as pessoas clamam por mudanças efetivas que possam gerar transformações nessa esfera de tamanha importância para a sociedade e como reflexo, transformar vidas. O presente trabalho teve como objetivo tentar compreender quais foram as principais dificuldades enfrentadas por dois professores de uma escola municipal de ensino fundamental localizada no meio rural do município de Bagre – Pará, referente ao planejamento das atividades pedagógicas elaboradas no período da pandemia de coronavírus.

Os resultados nos ajudaram a compreender que a pandemia afetou de maneira drástica a vida estudantil dos brasileiros, mas principalmente e não diferente os alunos da escola pesquisada, tendo em vista a dificuldade que os professores enfrentaram para o planejamento e a execução de atividades que garantissem a aprendizagem dos alunos. Inferiu-se que esses impactos podem ser consequências da falta de planejamento e suporte (recursos necessários para o fazer a educação remota) da parte do poder público municipal, principal responsável pela educação local, assim como, pela situação apresentada, em que todas as pessoas encontravam-se abaladas com o que acontecia e não diferente estavam professores, principalmente por terem que fazer um trabalho sem condições, psicológicas e materiais que desse um retorno significativo aos seus fazeres e em especial para as aprendizagens dos alunos.

A falta de apoio dos órgãos responsáveis pela educação do município, a não fomentação de práticas, estratégias, métodos e planejamentos que evitasse tamanho impacto nas aprendizagens, comprometeu a vida dos discentes que no geral são pessoas que já vivem em um cenário que exige um olhar de empatia e solidariedade, principalmente a garantia de seus direitos por parte do governo, entretanto, são excluídos das políticas públicas, que quando chegam são minguadas, o que viola os direitos humanos, políticos e educacionais, particularmente por viverem em um contexto de inúmeros desafios, onde a escola pode ser em qualquer lugar: um salão de festa, uma igreja, uma sala de uma casa particular, ou seja, basta fazer a lotação de um professor e onde ele for, lá será chamado de escola, lá haverá a presença do Estado, na figura do professor que recebe todas as críticas pelo não feito pelos governos. Essa é uma realidade encontrada nesse arquipélago chamado Marajó, talvez nas demais escolas do campo desse país.

Portanto, com esse estudo, reafirmou-se ainda mais, que no período de pandemia o professor continuou deslocado, houve pouco suporte para o desenvolvimento do seu trabalho. Todas as questões levantadas nesta pesquisa foram confirmadas nas respostas dos docentes, que as suas dificuldades foram muito além do esperado, reafirmou-se a tese de que o cenário da



educação do campo ainda carece de muitas transformações. O que se espera é que haja mais responsabilidade das organizações educacionais e que o planejamento seja prioridade em todo o processo de ensino- aprendizagem dos alunos, principalmente, os que estão inseridos em escolas públicas, instituições que carecem de mais atenção por parte dos governos. Entendemos, que esse pode ser um caminho favorável para a construção de um ensino diferente do período pandêmico, que foi realizado praticamente às escuras, desordenadamente, com poucos investimentos da esfera governamental, mas que a partir dessa experiência se abram reflexões seguidas de implementações positivas e que só causarão esse efeito se o planejamento estiver presente na secretaria de educação, nas escolas e no trabalho docente.



REFERÊNCIAS

BARRETO, Freitas Cristina Andreia; ROCHA, Santos Daniel. Covid 19 e Educação: resistências, desafios e (im) possibilidades. Disponível em: <https://www.revistas.uneb.br/index.php/encantar/article/view/8480/pdf> Acesso em: 05 de novembro de 2022.

BRASIL. Constituição de 1988. Constituição dos Estados Unidos do Brasil. Disponível em: <http://www.presidencia.gov.br/legislacao/constituicao>. Acesso em: dezembro de 2022.

BRASIL. Lei nº 9.394. Diretrizes e bases para a Educação Básica Nacional. Brasília, 1996.

BRASIL. Lei nº. 13.979, de 6 de fevereiro de 2020. Dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/Li3979.htm.Li3979.htm. Acesso em: 19 de setembro de 2022.

BRASIL. Portaria nº 343, de 17 de março de 2020. Dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais enquanto durar a situação de pandemia do Novo Coronavírus – COVID-19. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/Portaria/PRT/Portaria%20n%C2%BA%20343-20-mec.htm. Acesso em 19 de dezembro de 2022.

BRASIL. Resolução 510 de 7 de abril de 2016. Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisa em Ciências Humanas e Sociais. Disponível em: <https://periodicoscientificos.itp.ifsp.edu.br/> Acesso em 19 de setembro de 2022.

BAGRE. Boletim informativo da COVID-19. Disponível em: <https://bagre.pa.gov.br/c/boletins-covid-19/>. Acesso em: 23 de novembro de 2022.

BAGRE. Decreto nº 15/2020-GAB-PMB. Suspensão das atividades citadas no art. 20 pelo prazo de 15 dias. de 18 de março de 2020.

BAGRE. Decreto nº 22/2020-GAB-PMB. Emergência no município de Bagre, para enfrentamento da pandemia de coronavírus. de 03 de abril de 2020.

CAMPOS, G. P. B.; BARBOSA, E. J.S. PANORAMA DA COVID – 19 no estado do Pará. Disponível em: <https://bdm.ufpa.br:8443/jspui/bitstream/prefix/4201/1>. Acesso em 14 de novembro de 2022.

CASTANHEIRA, Lúcia Maria, MACIEL, Francisca Isabel, MARTINS, Raquel. Alfabetização e letramento na sala de aula. Belo Horizonte: Autêntica Editora: Ceale, 2008.

COUTINHO, A. S.; SIQUEIRA, R. M. Posicionamento ANPEd, elaborado com o apoio da coordenação do GT07 – Educação de Crianças de 0 a 6 anos. Disponível em: <http://www.anped.org.br/news/manifesto-anped-educacao-distancia-na-educacao-infantil-nao>. Acesso em 13 de novembro de 2022.



ELIEZER, Cristina Rezende; RIBEIRO, Elivan Aparecida; SCHUTZ, Jenerton Arlan. A educação em tempos de pandemia: desafios e possibilidades. 1ª. Ed. Belo Horizonte: Editora Dialética, 2020.

GIL, A. C. Métodos e Técnicas de Projetos Sociais. (6ª ed.). São Paulo: Atlas, 2008.

GIL, A. C. Métodos e Técnicas de Pesquisa Social. São Paulo: Atlas, 1999.

LIBÂNEO, José Carlos. Didática. São Paulo: Cortez, 1994. (Coleção magistério. 2º grau. Série formação de professores).

MENEGOLLA, Maximiliano. SANT'ANNA, Ilza Martins. Por que planejar? Como planejar? 10ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

MOLINA, Mônica Castagna. Desigualdades e direitos: desafios para a qualidade da Educação Básica do Campo. In: ANPAE: Anais do XXIII Simpósio Nacional, 2007. Disponível em: <http://www.anpae.org.br/congressos-antigos/simposio2007/343.pdf>. Acesso em: 17 de dezembro de 2022.

OPAS. Folha informativa – COVID-19. Disponível em: https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_tent&view=arti-cle&id=6101:covid19&Itemid=875. Acesso em: 09 de outubro de 2022.

PARÁ. Agência Pará. Governo do Pará emite decreto que proíbe eventos com mais de 500 pessoas e regula viagens de servidores. 16 mar. 2020a, 16h23. Disponível em: <https://agenciapara.com.br/noticia/18441/>. Acesso em: 02 de janeiro de 2023.

PARÁ. Agência Pará. Governador apresenta novas medidas para conter o avanço do novo coronavírus e detalha 2º caso no Pará. 20 mar. 2020b, 13h49. Disponível em: <https://agenciapara.com.br/noticia/18530/> Acesso em: 22 de dezembro de 2022.

PARÁ. Agência Pará. Governo do Pará entrega primeiro hospital de campanha. 10 abr. 2020d, 20h40. Disponível em: <https://agenciapara.com.br/noticia/18934/> Acesso em: 04 de novembro de 2022.

PARÁ. Agência Pará. Estado prorroga período de *lockdown* em Belém e outros nove municípios. 15 de maio 2020e, 15h44. Disponível em: <https://agenciapara.com.br/noticia/19563/>. Acesso em novembro de 2022.

SANTOS, Soares João *et al.* A importância do planejamento coletivo e individual na escola: reflexões e relatos. Disponível em: https://semanaacademica.org.br/system/files/artigos/2017-atualizado_1.pdf. Acesso em: 14 de março de 2022.

SILVA, da Guarnieri Célia *et al.* Mortalidade e letalidade da COVID-19 no Estado do Pará, Amazônia legal, Brasil. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/jhgd/article/download/12605/8078/419> 16 Acesso em: 02 de janeiro de 2023.

SIQUEIRA, CAS, FREITAS, YNL, CANCELA MC, CARVALHO M, SILVA, LP, DANTAS, NCD, et al. COVID-19 no Brasil: tendências, desafios e perspectivas após 18 meses de



pandemia. Rev Panam Salud Publica. 2022; 46: e 74. Disponível em: <https://doi.org/10.26633/RPSP.2022.74>. Acesso em: 09 de dezembro de 2022.

SOLÉ, Isabel. Estratégias de leitura. 6ª ed. Porto Alegre: Artmed, 1998.

TAYLOR, Steven J.; BOGDAN, Robert. Introdução aos métodos qualitativos: a busca de significados. Hoboken: Wiley-Interscience, 1984.

TRIVIÑOS, A. N. S. Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.